

Intervenção pedagógica antirracista à Educação Escolar Quilombola: uma proposta teórica para o ensino de Geometria

PRODUTO PEDAGÓGICO

André Pereira da Costa¹

Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil

1

Resumo

Este trabalho teve por objetivo construir uma proposta teórica de intervenção pedagógica antirracista para comunidades de escolas com currículo voltado para Educação Escolar Quilombola. Baseando-se na Pedagogia Engajada de Bell Hooks e na Etnomatemática de Ubiraran D'Ambrosio como referencial teórico, a proposta ficou organizada em dois ciclos. No primeiro, a reflexão foi sobre as implicações das comunidades quilombolas na formação do povo brasileiro, bem como no reconhecimento e no respeito das pessoas quilombolas como sujeitos históricos e culturais que devem ser valorizados. No segundo ciclo, apresentamos uma proposta de formação continuada para professores que ensinam Matemática com foco no combate ao racismo. Entre os resultados, destaca-se a proposição de cinco tarefas matemáticas que articulam Geometria e Antirracismo. Conclui-se que esta proposta promoverá entre a comunidade escolar uma redução das atitudes e comportamentos racistas na escola, em que a diversidade é um elemento de constituição do povo brasileiro.

Palavras-chave: Intervenção Pedagógica Antirracista. Pedagogia Engajada. Etnomatemática. Geometria.

Anti-racist pedagogical intervention in Quilombola School Education: a theoretical proposal for the teaching of Geometry

Abstract

This work aimed to build a theoretical proposal of anti-racist pedagogical intervention for communities of schools with a curriculum focused on Quilombola School Education. Based on Bell Hooks' Engaged Pedagogy and Ubiraran D'Ambrosio's Ethnomathematics as a theoretical framework, the proposal was organized into two cycles. In the first, the reflection was on the implications of the quilombola communities in the formation of the Brazilian people, as well as in the recognition and respect of the quilombola people as historical and cultural subjects that must be valued. In the second cycle, we present a proposal for continuing education for teachers who teach Mathematics with a focus on combating racism. Among the results, the proposal of five mathematical tasks that articulate Geometry and Anti-Racism stands out. It is concluded that this proposal will promote a reduction in racist attitudes and behaviors at school among the school community, in which diversity is an element of the constitution of the Brazilian people.

Keywords: Anti-racist Pedagogical Intervention. Engaged Pedagogy. Ethnomathematics. Geometry.

1 Introdução

2

Etimologicamente, o racismo é o termo utilizado para nomear a discriminação e o preconceito, de forma direta ou indireta, contra pessoas ou grupos em decorrência de sua cor ou etnia. Destacamos que a discriminação é caracterizada pela ação de excluir, separar ou distinguir indivíduos ou objetos, já o preconceito é um tipo de juízo produzido ou conceito com nenhum conhecimento precedente do tema abordado (Porfírio, 2020). Dito de outra forma, o racismo é uma violência praticada por pessoas brancas em relação às pessoas negras, que são consideradas seres inferiores, logo, não deveriam existir (isso para os autores dessa prática). Essa é uma das heranças da colonização europeia que sangrou todo o território nacional.

O racismo é um sistema de poder que confere privilégios e desigualdades a determinados grupos sociais. Nessa direção, Almeida (2019, p. 12) considera que o racismo é sempre estrutural, isto é, compõe de modo incontestável o sistema econômico e político da sociedade, visto que é “a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. Logo, o preconceito racial está profundamente enraizado na sociedade, o que torna ainda mais importante que as autoridades públicas nos orientem na elaboração de leis e políticas que não apenas combatam o racismo, mas também promovam a real igualdade racial.

Em sua concepção individualista, o racismo ocorre quando uma pessoa ou grupo revela-se por meio de violência mental (verbal) ou física contra outras pessoas ou grupos, devido à sua raça, cor ou etnia, negando o ingresso em serviços essenciais ou em lugares pela mesma causa. É importante destacar que o motivo que ocasiona

tal violência não é isolado, isto é, uma pessoa negra também sofre tal prática também por ser pobre (classe), mulher (gênero), e até mesmo por ser gay ou lésbica (orientação sexual). Isto é, há uma interseccionalidade que nos possibilita “enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2019, p. 14).

Na teoria, com base no Código Penal Brasileiro, qualquer prática racista se configura como crime, conforme a lei 7.716/1989, e o agressor pode ser condenado à prisão e ao pagamento de multa. Na prática, o máximo que ocorre é o pagamento de fiança, e o autor da violência é liberado na Delegacia, sem mesmo ter a oportunidade de passar um instante em algum prédio penitenciário. Isso se justifica, pois o racismo está presente no cotidiano da sociedade, o que inclui suas instituições, entre elas, o Estado, a Justiça, a Escola, e a Polícia, conforme destaca Mombaça (2017, p. 3): “o racismo contra pessoas pretas e pobres está, portanto, no DNA das polícias e das redes de controle e extermínio que se articulam em torno delas”.

A Escola, como instituição social responsável pela formação das crianças, dos jovens e adultos, deve criar uma prática de combate ao racismo em suas diversas naturezas. Para isso, a Lei das Diretrizes e Base da Educação Básica (LDB) foi alterada pela Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Isso deve fazer parte dos projetos político-pedagógicos dos estabelecimentos de ensino de todo o país. É lei! Não tem o que questionar!

No entanto, mesmo com uma legislação que regulariza e “obriga” a abordagem das questões afro-brasileiras, muitas escolas parecem não conseguir fazer com que o racismo seja extinto das interações entre os estudantes. Tal fato ocorre porque inúmeras situações de preconceito e discriminação contra estudantes negros são ventiladas nos principais veículos de comunicação do país. Esse cenário indica que ainda estamos longe de vencer o racismo, seja ele institucional, ou de qualquer outra natureza.

Em um espaço carregado de exclusão e desrespeito, evidenciado por meio do preconceito, muitos estudantes negros acabam abandonando os estudos, ao perceberem que as situações de racismo, que ainda ocorrem em outros locais que compõem sua realidade, também são verificadas na escola. Acerca da análise sobre os preconceitos raciais nas escolas, Miranda (2016, p. 90) destaca que:

[...] o negro ainda é visto para servir o branco, devido à longa história da escravidão, observa-se a falta de autoestima dos alunos negros que recebem apelidos inferiorizados e que muitas vezes repetem o ano, ou até mesmo desistem das aulas e acabam se inserindo na marginalidade dos dias atuais.

Nessa direção, a escola brasileira tem se revelado como um ambiente no qual as representações racistas sobre as pessoas negras ainda são distribuídas e potencializadas (Gomes, 2003). Assim, concordamos com Corrêa (2018, p. 1), ao afirmar que:

[...] a escola, como lócus da construção do conhecimento e cidadania, não pode continuar ignorando o que vem acontecendo dentro do seu espaço. Sabe-se que estamos numa sociedade cujo discurso dominante coloca nas mãos dos indivíduos a responsabilidade do próprio destino, aconselhando a todos de que somente a educação é o instrumento de emancipação social e econômica, mas ignora todo o racismo secular. Ainda assim, essa mesma sociedade tem negligenciado uma escola acolhedora para que as crianças negras possam desenvolver suas potencialidades na construção de saberes. Portanto é imperioso mudarmos o discurso, mudarmos a escola.

No caso das escolas localizadas em comunidades quilombolas, que possuem projetos pedagógicos voltadas para a valorização de suas identidades, saberes e culturas, elas não estão isentas das práticas racistas, pois conforme sinalizam Farias e Pereira (2018, p. 1):

[...] embora haja um esforço e compromisso dos educadores afim de operar ações pedagógicas alinhadas com as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola –, fatores como a rotatividade de educadores e o acolhimento de alunos de outras localidades na instituição da comunidade tradicional dificultam e confundem o processo de construção da identidade negra nas referidas escolas.

Pensando nessa necessidade de mudança da escola, em especial, acerca das práticas educacionais que são desenvolvidas para combater o racismo, é que elaboramos esse projeto de intervenção. Assim, o projeto tem por finalidade promover

reflexões sobre a importância das diferentes comunidades quilombolas na formação do povo brasileiro.

Tendo por base essa finalidade, elaboramos o seguinte objetivo geral: construir uma proposta teórica de intervenção pedagógica em uma perspectiva antirracista para comunidade de escolas com currículo voltado para educação escolar quilombola. Por meio da sensibilização de que todos são seres humanos dotados de diferenças, os estudantes tomarão consciência de que o respeito às diferenças é um elemento essencial para a convivência na sociedade. A partir do objetivo geral, formamos os seguintes objetivos específicos:

- Propor intervenções para o combate a atitudes e comportamentos racistas com a pessoa quilombola na escola;
- Propor uma formação continuada em Geometria em uma perspectiva antirracista para professores que ensinam Matemática em escolas quilombolas;
- Refletir sobre o fator interseccional entre os conceitos de raça, classe, gênero e sexualidade no ambiente escolar quilombola.

Além disso, devido aos acontecimentos racistas vivenciados nas escolas, o foco do projeto neste primeiro ciclo de intervenções será o combate ao racismo contra as pessoas quilombolas. Desse modo, o objetivo focará na importância das comunidades quilombolas na formação do povo brasileiro, bem como no reconhecimento e no respeito à especificidade da pessoa quilombola como sujeito dotado de história e cultura que deve ser valorizada. No segundo ciclo, apresentaremos uma proposta de formação continuada para professores que ensinam Matemática com foco no combate ao racismo.

2 Referencial Teórico

O racismo é uma violência que se manifesta em todas as instituições que compõem a sociedade, sendo a escola uma delas. Isso significa que o ambiente escolar é um espaço carregado de práticas racistas, especialmente no Brasil, país

marcado por tal fenômeno, fruto do processo colonizador europeu, cuja epistemologia de vida promoveu a escravização de inúmeras nações africanas e indígenas. Nessa direção, em decorrência do colonialismo europeu, sobretudo o que foi configurado ao longo da segunda metade do século XIX, Lélia Gonzalez (1988, p. 71, grifos da autora) afirma que:

6

[...] o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o *modelo ariano* de explicação que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. Vale notar que tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista que considerada absurdas, supersticiosas ou exóticas, as manifestações culturais dos povos “selvagens”.

Como sinalizado por Lélia Gonzalez, essa epistemologia de vida colonialista europeia promoveu um movimento de naturalizar na cultura brasileira uma violência etnocida e avassaladora, que destruiu milhares de vidas. Tal epistemologia guiou a colonização em um processo que buscou derrubar os povos colonizados de suas principais bases de valores socioculturais, atacando seus principais alicerces de valores socioculturais, agredindo suas identidades individuais e coletivas (Bispo, 2015).

A escola parece fazer uso de uma proposta educacional fundamentada na epistemologia de vida colonialista. Basta olharmos os jornais impressos, os noticiários, as redes sociais, os *podcasts* etc., para ver os inúmeros casos de racismos sofridos majoritariamente pelos estudantes. No entanto, os professores não são isentos dessa violência, isto é, também são vítimas. Isso sinaliza que a escola é uma instituição despreparada para combater essa e outras ações violentas. Isso também reforça a ideia de que muitos professores não vivenciam espaços pedagógicos em uma perspectiva antirracista em sua formação inicial, nos cursos de licenciatura.

Mesmo com a publicação da Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, o que obriga a

inclusão de uma disciplina sobre essa temática nos cursos de licenciatura, o que se verifica é que muitas universidades ainda não incluíram tal componente na matriz curricular desses cursos como caráter obrigatório. Desse modo, as vivências e as discussões em torno do racismo são abordadas por professores que sentem necessidade em tal abordagem na formação dos futuros professores. A maior parte desses professores, que faz tal abordagem, foi vítima de racismo, inclusive, na universidade.

Ao longo de muitos anos como aluna e professora, fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem de aprendizado como uma rotina de linha de produção. Esses professores se aproximam dos alunos com a vontade e o desejo de responder ao ser único de cada um, mesmo que a situação não permita o pleno surgimento de uma relação baseada no reconhecimento mútuo. Por outro lado, a possibilidade desse reconhecimento está sempre presente (Hooks, 2013, p. 25).

Essa fala de Bell Hooks é um relato de como professores, infelizmente não são muitos, saem da inércia educacional e superam o que está prescrito em um currículo engessado. É importante sinalizar que há uma estrutura educacional que impede professores, em seus processos formativos, de romper com as diversas formas de manifestação do racismo, desde os currículos até as ações pedagógicas.

O aspecto conceitual é importante, mas não é suficiente para a formação dos estudantes. Os estudantes devem ser olhados com os óculos que permitem enxergá-los como seres humanos integrais, com vidas e experiências específicas, e não como tábulas rasas. A Pedagogia Engajada é essencial e precisa ser incorporada na prática pedagógica dos professores e nos projetos de sociedade que se pretende desenvolver:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos (Hooks, 2013, p. 35).

A Pedagogia Engajada se faz necessária, sobretudo em uma escola onde o racismo é uma prática cotidiana, mas invisibilizada e negada pela sociedade brasileira, “por não o considerar um desafio a ser enfrentado, já que não foi assumido como um fenômeno que merecesse preocupação – sobretudo pelo desprezo manifesto em relação à luta antirracista” (Oyêwùmí, 2021, p. 460).

Além disso, considerando que o “papel” da escola é “formar cidadãos capazes de transformar a sociedade e torná-la mais justa”, isso inclui pessoas quilombolas e justiça social em relação a esses grupos sociais, que historicamente sofreram violências em decorrência da colonização. É necessário pensar em um projeto formativo educacional que considere a educação antirracista como um dos seus principais pilares, pois, hoje, “o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros” (Akotirene, 2019, p. 15).

No caso da Educação Matemática em uma perspectiva antirracista, em especial, a Etnomatemática é um referencial teórico importante, visto que tem por finalidade o reconhecimento, a valorização e, especificamente, o respeito as diversas práticas matemáticas produzidas e utilizadas por distintos povos e culturas. Desse modo, esse quadro teórico, atrelado ao um currículo escolar que explora a história e cultura afro-brasileira, pode ser um eficiente mecanismo de combate ao racismo nas escolas em relação às pessoas quilombolas.

Nesse sentido, D’Ambrosio (2008) reflete que ao tornar a Etnomatemática uma prática no cotidiano da escola, o professor terá boas chances de alcançar os objetivos de aprendizagem em Matemática pretendidos, por meio de diversas visões para a complexidade de espaços culturas e meios de produção. Incluir o estudante na construção de seu grupo social e comunitário, explicitando a diferença história e cultural em distintos cenários, é essencial no processo educativo.

Para ensinar matemática sob uma ótica Etnomatemática, será possível apenas a partir do resgate aos valores, saberes e fazeres que os estudantes produzem em suas realidades e levam para a escola. Para que isso se torne real, é necessário que o professor crie um espaço de escuta e diálogo com os estudantes, no qual eles se

sintam acolhidos para compartilharem suas vivências e experiências. Uma proposta pedagógica que considere essa perspectiva, valorizando as pessoas e seus saberes, desenvolvidos em sua cultura, pode promover uma educação transformadora e antirracista. Portanto, é com base nessa lógica que elaboramos esta proposta de intervenção.

9

3 Metodologia

Esta proposta busca apresentar alguns encaminhamentos de diretrizes para o trabalho pedagógico da escola em comunidades quilombolas (educação escolar quilombola), tendo em vista o racismo sofrido por estas pessoas em diferentes espaços. A existência de situações racistas já indica que todo o trabalho da escola precisa acontecer a partir de uma gestão democrática, participativa e colegiada. Nesse sentido, o conselho escolar deve ser acionado para poder contribuir na tomada de decisão. Então, por princípio de gestão escolar, o caso já apresenta o conceito de gestão democrática, pois:

[...] ao assumir o conceito de gestão a escola assumiu também o compromisso de passar a ser sinônimo de ambiente autônomo e participativo, entende-se que esse ambiente implica trabalho coletivo e compartilhado por várias pessoas para atingir objetivos comuns. Para que isso aconteça é preciso traçar bem os objetivos que se pretende alcançar e preparar todas as pessoas envolvidas no trabalho para a busca do alcance de tais objetivos (Leite, 2012, p. 4).

No tocante às tomadas de decisões, numa situação imediata e emergencial, reuniões com os estudantes, cursos de conscientização de curta duração, como oficinas e minicursos, tendem a contribuir:

[...] as oficinas revelam a diversidade de falas e de reações de professores e estudantes, bem como apresentam tanto as possibilidades como dificuldades do combate ao racismo no cotidiano escolar. Elas funcionam como uma ferramenta que contribui no processo de disputa pelo currículo escolar, tanto pelas discussões que ela traz e suscita no seu transcorrer quanto nas tensões inerentes às negociações para sua realização (Santos; Corrêa; Santos, 2018, p. 139).

Contudo, se tratando de uma questão tão histórica e arraigada na cultura brasileira como o racismo, a partir da forma equivocada que as pessoas compreendem as relações humanas e percebem o outro enquanto ser humano, com suas diversidades e especificidades, talvez, o ideal para a escola seria ter uma proposta de trabalho com todas as disciplinas ao longo do ano, envolvendo atividades artísticas, culturais e literárias, que pudessem ter o racismo como tema central, bem como a valorização da cultura das comunidades que frequentam a escola. Desse modo, seria um projeto interdisciplinar que perpassaria todo o trabalho pedagógico na escola:

[...] através das práticas interdisciplinares percebe-se que é possível transformar a sala de aula tradicional em laboratórios de aprendizagem com significância para os alunos, onde o debate acerca de temas como preconceito e discriminação racial possam ser debatidos a fim de transformar a realidade que vivemos (Moura; Rocha; Rocha, 2016, p. 2).

Partindo do pressuposto de que a conscientização não se efetua apenas com uma palestra, logo, ela não ocorre em um curso de curta duração. Assim como aprendizagem, é um processo que demanda tempo e ações contínuas e prolongadas, ou seja, ações permanentes no cotidiano da escola.

Então, enquanto problema presente no dia a dia da escola, o racismo deve ser enfrentado nas relações com os estudantes, professores, gestores, etc. Para isso, acreditamos que devem ser traçadas medidas de longo prazo. Por exemplo, a inserção, na parte diversificada do currículo escolar, de componentes curriculares que tratem das questões étnico-raciais e, conseqüentemente, do respeito às diferenças. Outra possibilidade é a produção ou implementação de um projeto estruturante que perpassa todo o ano letivo, com uma diversidade de trabalhos e de práticas, para envolver todos os estudantes, professores, os demais servidores da escola e a família.

Sobre os aspectos étnico-raciais, mencionados no parágrafo anterior, apesar de existir uma legislação nacional, Lei 10.639/03 e Lei 11.635/08, que obriga a discussão desses temas na escola, bem como nos cursos de formação de professores, o que se percebe é que essa temática, infelizmente, não é trabalhada em

ambos os contextos. Ou então, é dado um enfoque alienado, como geralmente podemos verificar em muitas escolas, que abordam o tema por meio de um evento anual, como o dia da consciência negra. Nesse evento, estudantes vestem o que seriam “trajes africanos”, dançam a música *Mama África* de Chico Cesar no salão principal, tiram fotos, publicam nas redes sociais e criam um slogan para a instituição dizendo ser um espaço que valoriza as diferenças. Uma fraude!

Na elaboração das diretrizes, primeiro, defendemos que toda e qualquer decisão da escola deve ser baseada na gestão democrática, acionando todos os instrumentos que a escola tem (os segmentos, as ações colegiadas, etc.). Nesse processo, a escola como instituição formadora tem o papel de promover uma gestão democrática. Depois, consideramos que o racismo é um problema histórico e cultural, logo, a escola precisa adotar ações que sejam contínuas, permanentes, e que perpassem o currículo de formação dos estudantes, pois é uma questão formativa e não apenas um episódio isolado.

Diante dessas circunstâncias, propomos o projeto de intervenção nessas escolas, que se tornará uma ação permanente desenvolvida na instituição, não se limitando a uma duração pontual e temporária. Cada ciclo do projeto será constituído por uma temática específica e terá a duração de um ano.

É importante destacar que o projeto será desenvolvido com a participação de todos os membros da comunidade escolar (diretores, professores, demais servidores da escola, estudantes e seus familiares), por meio da realização de diversas atividades, desenvolvidas de forma integrada.

Neste primeiro ciclo, considerando o contexto escolar, o tema será combate ao racismo contra a pessoa quilombola. Desse modo, o objetivo geral para este ciclo será propor intervenções para o combate a atitudes e comportamentos racistas com a pessoa quilombola. Como a escola é formada por membros com diferentes finalidades, esse objetivo geral se desdobrou em cinco objetivos específicos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 01 – Objetivos específicos do projeto de intervenção

MEMBRO NA ESCOLA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Direção e Coordenação Pedagógica	Produzir condições básicas para que todas as atividades propostas sejam desenvolvidas.
Professores	Estabelecer uma proposta de ensino com conteúdos, tarefas e perspectivas didáticas e metodológicas que abordem a história e a cultura quilombola de maneira interdisciplinar.
Estudantes	Refletir sobre a diversidade quilombola, construindo atitudes e comportamentos de respeito e valorização das diferenças socioculturais.
Pais e demais responsáveis	Contribuir com as atividades recomendadas pela unidade escolar e, desse modo, promover atitudes e comportamentos de respeito às pessoas quilombolas.
Demais funcionários da escola	Atuar nas atividades educacionais que buscam promover a melhoria de atitudes e comportamentos de todos acerca da especificidade quilombola.

Fonte: Elaborado pelo autor

Inicialmente, a gestão escolar deve realizar um estudo sobre os perfis dos estudantes, por meio da construção de questionários. Em seguida, realizar organização e análise dos dados, para a partir disso, planejar as atividades e ações. Em paralelo, toda a comunidade escolar deve ter acesso a reflexões sobre a temática, promovendo estudo da história e cultura afro-brasileira e quilombola, verificando distanciamentos e proximidades entre as diferentes etnias que podem estar presentes na escola. Assim, será possível a produção de estratégias e procedimentos para a luta contra o racismo que podem favorecer a formação contínua dos docentes.

Para isso, serão necessários livros didáticos e de natureza literária, filmes, tarefas, cadernos de observação, e murais que devem ser socializados entre todos os participantes da proposta. A análise dos questionários sobre os perfis étnicos dos estudantes também deve ser discutida. Logo, são propostos seis momentos para o ciclo, conforme descrito no quadro que segue:

Quadro 02 – Etapas do projeto de intervenção

MOMENTOS	DESCRIÇÃO
Análise prévia e diagnóstica	Por meio da análise dos questionários respondidos pelos estudos, dos formulários de matrícula e conversas preliminares realizadas com os seus responsáveis, será elaborado o perfil do alunado. Ainda, serão levantados episódios de racismo vivenciados na escola. Um período será dedicado para apresentação dos resultados dessa análise aos professores. Nesse

	<p>momento, todos os docentes serão estimulados a registrarem o que sabem sobre como o racismo é promovido e acerca da história e cultura afro-brasileira e quilombola. Todos os dados serão organizados e serão a base para os planejamentos pedagógicos a serem desenvolvidos durante o ciclo.</p>
Atuação dos servidores	<p>Todos os servidores da escola devem participar da proposta desde o começo. Uma reunião será organizada com eles para se discutir sobre o projeto que será realizado na unidade educacional. É importante deixar nítido que a participação e colaboração de todos serão essenciais para que a instituição se torne um espaço de valorização e respeito às diferenças. Cada funcionário receberá uma planilha de observações para sinalizar no que devem ajudar no projeto. O pessoal responsável pela merenda, por exemplo, poderá citar os elementos da culinária africana e quilombola e que foi disseminada no Brasil.</p>
Participação da família dos estudantes	<p>Os questionamentos acerca do racismo no âmbito escolar devem ser realizados aos responsáveis pelos estudantes, para que possam ventilar episódios de racismo que eles e os filhos tiveram contato. Para isso, um questionário será enviado para suas residências, para que se sintam mais à vontade para registrar essas vivências. Os dados serão organizados e apresentados aos membros do conselho escolar, para que todos os pontos indicados nas respostas dos pais sejam discutidos de forma ativa e profunda. Assim, será possível elaborar estratégias para o combate a comportamentos e atitudes racistas. Serão realizados encontros com os pais uma vez ao mês, nos quais eles poderão apresentar características da cultura do grupo étnico (comunidade) ao qual pertencem. Desse modo, poderão socializar alguma prática cultural própria de seu meio social. Além disso, serão apresentadas as atividades que a escola realizará para combater o racismo e, por fim, será debatido o papel de cada um na preservação do respeito de uma vivência harmoniosa com todos.</p>
Aprofundamento	<p>A partir da análise dos questionários que foram aplicados com estudantes, pais, servidores e professores, se faz necessário a realização de um encontro para aprofundamento das reflexões e dos estudos com o grupo pedagógico da escola, buscando a construção de uma proposta por meio de um plano de trabalho. Assim, ao refletir sobre a hostilização contra alunos quilombolas, sugestões devem ser apresentadas para serem vivenciadas na unidade educacional, como por exemplo, o estudo do filme “O triunfo” (Direção: Randa Haines, lançado em 2006), e discussão sobre a história e a cultura do povo africano, bem como sua importância na formação da identidade brasileira.</p>
Seleção e escolha de conteúdos a serem abordados em sala de aula	<p>Tendo por base as recomendações da coordenação pedagógica, os professores deverão selecionar e escolher os conteúdos das disciplinas a serem abordados em sala de aula, considerando a cultura quilombola como pano de fundo. Por exemplo, o professor de Português pode trabalhar a construção de um dicionário quilombola com palavras e expressões de origem africana e indígena e que foram incorporadas no vocabulário brasileiro. O professor de Matemática, a partir da Etnomatemática, pode trabalhar com as matemáticas das comunidades quilombolas, como exemplificado no segundo ciclo desta proposta de intervenção pedagógica. Assim, esse momento será dedicado ao planejamento das aulas, leitura de livros e textos, organização de tarefas, etc. Em seguida, os professores apresentarão para os demais como pensaram as aulas, recebendo contribuições dos colegas.</p>

Supervisão	As atividades desenvolvidas devem ser supervisionadas pelos profissionais que compõem a gestão da escola. Durante todo o desenvolvimento do projeto, todos os relatos da comunidade escolar devem ser registrados em um relatório de observações, que deverá ser disponibilizado entre pais, professores, estudantes, servidores, coordenadores e gestores da unidade educacional. Os estudantes devem também registrar em seus cadernos os aspectos importantes para o combate ao racismo. Havendo outros episódios de preconceito e discriminação, encontros devem ser realizados e o planejamento das atividades devem ser revistas e refinadas. Durante toda execução do projeto, o diálogo é o carro-chefe para tudo.
------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Ressaltamos que ao longo de todas as etapas, a autoavaliação será uma ferramenta importante, visto que qualquer demanda nova que surgir, deverá ser realizada refletindo, revendo planejamento e fazendo as inclusões necessárias.

4 A Proposta de Formação Continuada

Como dito anteriormente, elaboramos uma proposta de formação continuada em Geometria com uma perspectiva antirracista para professores que ensinam Matemática em escolas que podem ou não estar localizadas em comunidade quilombola, mas que são frequentadas por essas comunidades. É importante mencionar que esta atividade pode ser utilizada como exemplo do momento “*Seleção e escolha de conteúdos a serem abordados em sala de aula*” do primeiro ciclo da intervenção pedagógica proposta.

A proposta abrange diversos temas, como educação escolar quilombola, racismo, educação matemática e geometria, baseados na lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, além da Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Esses temas são sustentados em pressupostos

teóricos da Pedagogia Engajada de Bell Hooks e da Etnomatemática de Ubiratan D'Ambrósio.

A proposta apresentada e socializada neste texto trata da Educação Matemática, considerando os aspectos raciais, com o objetivo de colaborar com a formação de professores que ensinam Matemática em escolas com currículos voltados para educação escolar quilombola. Busca-se articular o ensino de Matemática, a lei 10.693/03 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola.

Para isso, o professor terá a possibilidade de encontrar, neste material, uma proposta de trabalho que pode ser utilizada ou adaptada para a realidade de sua sala de aula. Essa proposta explora as relações entre Pedagogia Engajada, Etnomatemática, racismo e culturas quilombolas, explicitando as intersecções entre esses temas, na busca de desenvolver metodologias de ensino e de formação que possuam boas perspectivas à concretização da lei 10.639/03 na classe de Matemática.

Considerando que, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº. 7/2010, “os currículos devem primar pela inclusão, valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, educar para as relações étnico-raciais é tanto um dever quanto uma responsabilidade coletiva que se impõe a cada um de nós.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos conteúdos vinculados à Geometria, as experiências devem ocorrer prioritariamente na relação dos sujeitos com o mundo à sua volta, em vez de partir de uma Geometria Formalista da universidade propriamente dita.

Diante disso, identificar e mapear os **espaços da comunidade/território** em que a escola está inserida, que façam referência à história e à cultura africana e afro-brasileira, é uma possibilidade de prática pedagógica.

Nesse sentido, é importante pensar na maneira em que esses espaços podem dialogar com o currículo escolar, no intuito de promover uma educação matemática

antirracista, que possa contribuir na construção de novos olhares sobre o “estar no mundo” dos diversos sujeitos.

4.1 Primeiro Momento

16

Em um primeiro momento, será exibido o filme “Quilombos da Bahia”, que está hospedado no *Youtube*. Nesse filme são apresentadas diversas comunidades quilombolas contemporâneas na Bahia, que representam resistência ao racismo histórico no Brasil.

A finalidade aqui é conhecer as diferentes comunidades quilombolas da Bahia, buscando verificar aproximações e divergências em seus aspectos culturais, e perceber que essa diversidade é importante para o reconhecimento de suas identidades e histórias. Além disso, será possível construir um diálogo sobre como o racismo se fez, e ainda faz, presente na vida das pessoas quilombolas, que geralmente são excluídas e negligenciadas pelo Estado que nega ou burocratiza o acesso a direitos essenciais como educação, saúde, saneamento básico, moradia, posse da terra etc.

4.2 Segundo Momento

Após a discussão do filme, os professores serão organizados em dois grupos, para responderem cinco tarefas que abordam alguns conceitos em geometria, articulado com questionamentos sobre racismo. A seguir, são apresentadas as tarefas.

Com base na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018, p. 271 e 272, grifo nosso), a Geometria envolve:

[...] o estudo de um amplo conjunto de conceitos e procedimentos necessários para resolver problemas do mundo físico e de diferentes áreas do conhecimento. Assim, nessa unidade temática, **estudar posição e deslocamentos no espaço, formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais** pode desenvolver o pensamento geométrico dos alunos.

Esse pensamento é necessário para investigar propriedades, fazer conjecturas e produzir argumentos geométricos convincentes. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, espera-se que os alunos **identifiquem e estabeleçam pontos de referência para a localização e o deslocamento de objetos, construam representações de espaços conhecidos e estimem distâncias**, usando, como suporte, mapas (em papel, tablets ou smartphones), croquis e outras representações.

17

Para a elaboração das tarefas, consideramos o que é mencionado na BNCC (Brasil, 2018) para o ensino de Matemática, visto que é um documento obrigatório. Somando-se a isso, não existe um documento nacional curricular oficial, como a BNCC, para a educação escolar quilombola na área de Matemática que possa ser utilizado como itinerário curricular na organização desta proposta. Contudo, não desconsideramos a existência de práticas pedagógicas das escolas quilombolas, baseadas em um currículo local elaborado pela comunidade na qual a escola está inserida. Além disso, considerando que a Geometria é um dos campos matemáticos com maior articulação com a realidade e atenção às diferentes comunidades quilombolas, selecionamos dois objetos de conhecimento a serem explorados nas tarefas:

- Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado;

- Transformações geométricas: simetrias de translação, reflexão e rotação.

Assim, levando em conta a educação escolar quilombola, os objetos de conhecimento foram adaptados para:

- Localização e **movimentação** de objetos e de pessoas no espaço **da comunidade quilombola**, utilizando diversos pontos de referência, **direção, sentido e vocabulário** apropriado – Tarefas 01, 02, 03 e 04;

- Transformações geométricas **no plano cartesiano quilombola**: simetrias de translação, reflexão e rotação – Tarefa 05.

4.2.1 Tarefa 01 – Elaboração de mapas

Objetivo de aprendizagem: compreender deslocamentos e localização de pessoas e de objetos no espaço da comunidade quilombola, por meio de diversas representações como desenhos, mapas, etc., empregando termos como direita e esquerda, mudanças de direção e sentido, intersecção, transversais, paralelas e perpendiculares, bem como outros termos próprios do vocabulário da comunidade.

T1 – No espaço abaixo, represente por meio de desenho o percurso que você realiza de casa até a escola. Em seguida, explique como o percurso é realizado.

a) Durante o percurso, você sofre ou já sofreu alguma situação violenta? Qual? Como foi?

b) Durante esse trajeto, já sofreu ou presenciou alguma situação racista? Como foi?

c) Você pode se locomover tranquilamente durante esse trajeto? Há algum tipo de restrição?

Comentário ao professor: nesta tarefa, o estudante poderá realizar transformações entre representações matemáticas. Por exemplo, realizará mudança da língua natural (enunciado da questão) para a representação gráfica (o mapa) e vice-versa. Por meio dos questionamentos sobre o racismo, poderá localizar quais os pontos no mapa que apresentam maior frequência desse tipo de violência. A ideia não é promover um constrangimento para quem sofreu tal agressão, mas problematizar que ninguém deve ser violentado por ser uma pessoa quilombola e não deve ser impedido de se locomover e se movimentar no espaço da sua comunidade.

4.2.2 Tarefa 02 – Direção e sentido espacial

Objetivos de aprendizagem: interpretar, descrever e representar a localização ou movimentação de pessoas e de objetos no espaço da comunidade quilombola, utilizando coordenadas cartesianas, indicando mudanças de direção e de sentido e giros.

T2 – Para a tarefa, a turma deverá ser organizada em duplas. Uma pessoa integrante será conduzida a partir do seu parceiro, o orientador. O orientador se posicionará por trás do orientando e gerenciará os movimentos no modo a seguir: um toque nas costas deverá seguir em frente, um toque no ombro esquerdo deverá seguir a esquerda, um toque no ombro direito deverá seguir a direita, dois toques nas costas deverá andar para trás, um toque na nuca deverá parar. Depois, fazer a troca das funções da dupla, orientador e orientando.

Perguntas para as duplas:

- a) Vocês se locomoveram por toda escola? Todos os espaços?
- b) Quais espaços andaram? Justifique.
- c) Quais espaços não foram? Justifique.
- d) Há algum lugar na escola que vocês não puderam entrar? Qual? Por quê?

Comentário ao professor: nesta tarefa, o estudante poderá vivenciar uma atividade prática sobre localização e movimentação em um dos espaços da comunidade, que é a escola. Por exemplo, ao se deslocar em algum ambiente poderá refletir se pode ou não se movimentar nele. No caso de restrições ao acesso em determinados ambientes, se questionar o motivo disso. Será se essa restrição é uma “herança” da colonização e do racismo? Há um controle dos corpos quilombolas? A finalidade é refletir que nenhuma pessoa deve ser impedida de se movimentar em espaço algum por ser quilombola.

4.2.3 Tarefa 03 – Mapear espaços da comunidade

Objetivo de aprendizagem: mapear os distintos espaços da comunidade quilombola segundo pontos de referência e indicação de mudanças de direção e sentido, fazendo uso de vocabulário próprio local.

T3 – Orientação da atividade:

a) Coordenar um tour comunitário para a turma, para que os alunos possam perceber e reconhecer os locais próximos à escola e/ou comunidade que são relevantes para a história e cultura africana, bem como aspectos afro-brasileiros, quilombolas e indígenas. Entre esses espaços, podemos destacar: moradias ou centros de religiões de origem africana, centros culturais, grupos de arte e cultura popular como dança, música, teatro, etc., grupos de capoeira, casas de farinha, aldeias indígenas, monumentos (cultura material), organizações não governamentais, entre outros.

b) Ao retornar à sala de aula da unidade escolar, peça aos alunos que relacionem e mapeiem as áreas que identificaram, tendo a escola como centro de referência. A elaboração dos mapas sobre esses espaços também pode ser realizada em conjunto.

c) Reflita com os alunos sobre os resultados dessa saída de campo e pergunte se, ao observarem as distintas áreas da escola (corredores, murais, cartazes, salas de aula, biblioteca, banheiros, etc.), eles notam que diversas pessoas e etnias, existentes na comunidade escolar, estão representados na unidade educacional.

Observação: lembrar de fotografar com a turma os diferentes lugares que compõem a comunidade. Isso será importante para a Tarefa 05.

Comentário ao professor: por meio de um debate reflexivo com os alunos, recomenda-se uma reorganização das áreas escolares, visto que é fundamental refletir a unidade escolar como um local de coexistência, onde diferentes situações e espaços de aprendizagem são disponibilizados aos alunos. Logo, ao vivenciarem esses ambientes como ocasiões para erguer as bases da cidadania e da democracia, a escola se torna um território fértil para enfrentar as adversidades decorrentes das inúmeras subjetividades da diferença que vivenciamos no meio social e no contexto

escolar, entre elas, realçamos as dimensões étnico-racial, cultural e de gênero. Ações que desenvolvam atitudes pedagógicas e éticas em relação à diversidade são responsabilidade das escolas e devem ser integradas à proposta institucional curricular.

21

4.2.4 Tarefa 04 – Em busca de um percurso espacial que respeite todas as pessoas quilombolas

Objetivo de aprendizagem: compreender os deslocamentos e a localização de pessoas quilombolas LGBTQIAPN+ no espaço da comunidade, por meio da reflexão sobre a construção de espaços de inclusão e justiça social.

Figura 01 – Cartaz do ciclo de diálogos Anegrar Campinas



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=T_dQOT8kVBM&t=467s

T4 – A partir da análise do vídeo do **Interseccionalidade LGBTQIAPN+ "Na diversidade, construir Quilombos!"**, refletir sobre os trajetos e orientações espaciais que pessoas quilombolas LGBTQIAPN+ podem realizar na atual sociedade brasileira.

Comentário ao professor: nesta tarefa, o estudante poderá refletir sobre a violência sofrida por pessoas quilombolas e LGBTQIAPN+, e como esses conceitos

se interseccionam. É importante problematizar que essas pessoas não devem ser proibidas de se locomoverem ou se movimentarem em certos espaços devido às suas complexidades. E que, na Geometria, os espaços são de todos e que a restrição a eles é produto da colonização.

4.2.5 Tarefa 05 – Transformações geométricas no plano cartesiano quilombola

Objetivos de aprendizagem: reconhecer e representar figuras obtidas por composições de transformações geométricas (translação, reflexão e rotação), com o uso de instrumentos de desenho e fotografias.

T5 – Na visita aos diferentes espaços que compõem a comunidade, fotografe as construções: casas, plantação, casas de farinha, igreja, e ambientes destinados aos animais.

Primeiro momento: levantar as formas geométricas representadas nos espaços visitados.

Segundo momento: com base nas fotos, trace os eixos de simetria, reflexão, rotação e translação nas imagens representadas.

Comentário ao professor: a partir das fotos, solicite que os estudantes façam desenhos dos lugares representados, isso pode ser substituído pela impressão das fotos. A partir da foto ou do desenho, oriente a turma a realizar as transformações geométricas (isometrias).

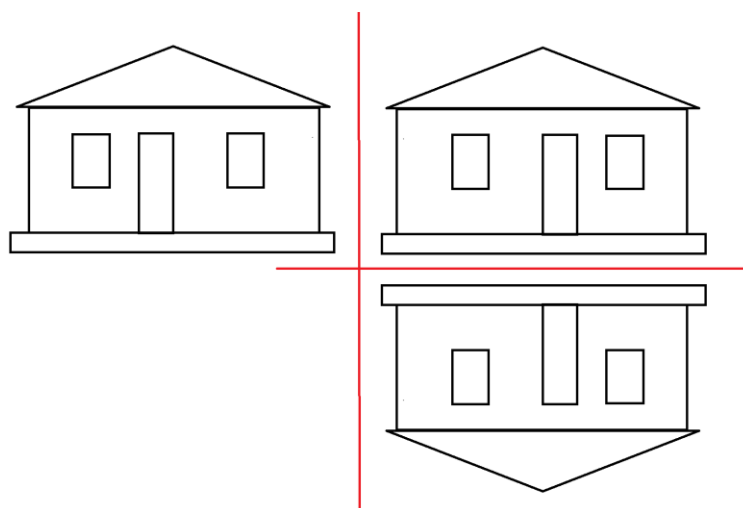
Ao discutir sobre simetria, é importante problematizar se é possível existir eixo de simetria para todos os lugares, objetos e formas geométricas. Isso é importante para evitar a ideia de que tudo pode ser simetrificado, o que não é verdade. A simetria só existirá se as duas formas geométricas formadas a partir de uma forma inicial forem congruentes entre si. E se isso não ocorrer, está tudo bem.

Exemplo: dada a foto de uma residência na comunidade quilombola Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa (Foto de Tacun Lecy, disponível em: <https://www.centraldalapa.com/quilombo-rio-das-ras-em-bom-jesus-da-lapa/>), traçamos um eixo de reflexão.

Figura 02 – Eixo de reflexão estabelecido a partir de uma moradia da comunidade quilombola



Como possibilidade de resposta, podemos obter:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da fotografia de Tacun Lecy

As fotos, se impressas, poderão ser usadas em uma exposição junto à escola. Como sugestão, essa atividade pode ser chamada “Conhecendo a Geometria da nossa comunidade”.

5 Considerações Finais

Muitas vezes, os estudantes agem por um conjunto de referências que eles construíram fora da escola. Então, é fundamental que a unidade educacional tome ações conjuntas permanentes, envolvendo família e escola nesse processo de

conscientização, que não ocorre de imediato. Isso requer medidas a longo e curto prazo, que possam envolver os estudantes na discussão da temática e na leitura de livros que tratem dessas questões.

Trazer depoimentos, questões legais, discutir vários elementos da realidade social que tratam do racismo e das medidas nesse sentido são de grande importância para a escola poder definir ações contínuas, permanentes e diversificadas que compõem um projeto de intervenção.

Em curto prazo, pode-se criar uma sessão de cinema que apresente filmes que tratem dessa questão e promover cine debates. Além disso, fazer ciclos de palestras com pessoas de diferentes ordens (religiosas, jurídicas, de associações) e pessoas da própria comunidade, que possam fazer depoimentos e realizar palestras com os próprios estudantes.

Acreditamos que esta proposta teórica de intervenção pedagógica promoverá entre a comunidade escolar (estudantes, professores, gestores, etc.) uma redução das atitudes e comportamentos racistas na escola. Isso se justifica, pois ao reconhecer-se como sujeito histórico e cultural, marcado por diferenças, o discente passa a aceitar e respeitar o outro, que também apresenta especificidades. Assim, terá consciência de que a diversidade é um elemento que faz parte da formação do povo brasileiro, e que deve ser valorizada e respeitada.

No caso das tarefas propostas na formação continuada de professores que ensinam Matemática, elas poderão ser adaptadas e trabalhadas com as turmas desses profissionais nas comunidades quilombolas. Assim, as tarefas, articuladas aos conceitos de Geometria e Racismo, compõem um material didático de apoio aos professores, que realizam um trabalho importante na formação de pessoas, com impactos significativos no meio social.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade:** feminismos plurais/ Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.

BISPO, A. **Colonização, quilombos:** modos e significações. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI: Brasília, 2015. 150p.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.716 de 05 de Janeiro de 1989.** Lei que estabelece o código penal sobre crime de racismo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

CORRÊA, R. A. O racismo que se perpetua entre os muros das escolas do Brasil. **Carta Campinas**, Campinas, 03 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-que-se-perpetua-entre-os-muros-das-escolas-do-brasil/?qclid=EAlaIqobChMI58OD7K3e6qIViYWRCh3xjgu9EAAYAiAAEgKLz_D_BwE> Acesso em: 21 de julho de 2022.

D'AMBROSIO, U. O programa Etnomatemático: Uma síntese. **Acta Scientia**, v.10, n.1, p.6-17, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/viewFile/74/66>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FARIAS, L. S.; PEREIRA, P. H. S. Racismo e Identidade Negra em Escolas Quilombolas do Município de Arapiraca. VI Congresso Sergipano de História, Aracaju, 2018. **Anais** [...] Aracaju, 2018. p. 1-11. Disponível em: http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1541038096_ARQUIVO_1AtigoANPUHSE.pdf. Acesso em: 06 de jan. 2023.

FILME/SÉRIE: **Quilombos da Bahia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gfGLly-P6HQ&t=1s>
GOMES, N. L. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, n. 23, 2003, p. 77-89.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, N^o. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 283p.

LEITE, A. O. F. **Princípios da gestão escolar democrática**. 2012. Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Acenilia%20de%20oliveira%20Felix%20Leite%20-%20TCC.pdf> > Acesso em: 22 de julho de 2020.

MIRANDA, A. M. R. O racismo no ambiente escolar: Como enfrentar esse desafio? **Porto das Letras**, v. 02, p. 88-99, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/2477/892>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MOMBAÇA, J. **Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bial (32a. Bial de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, p.1-20, 2017. Disponível em: <http://imgs.fbsp.org.br/files/62cc76f73d2d77003436339c56954187.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FARIAS, L. S.; PEREIRA, P. H. S. Racismo e Identidade Negra em Escolas Quilombolas do Município de Arapiraca. VI Congresso Sergipano de História, Aracaju, 2018. **Anais** [...] Aracaju, 2018. p. 1-11. Disponível

em: http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1541038096_ARQUIVO_1AtigoANPUHSE.pdf. Acesso em: 06 de jan. 2023.

MOURA, N. M. P.; ROCHA, K. L. S.; ROCHA, J. M. O combate ao preconceito: relato de uma atividade interdisciplinar nas séries iniciais. VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação, Santa Cruz do Sul, 2016. **Anais** [...] Santa Cruz do Sul, 2016. p. 1-2. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/article/view/14805/3147>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

O TRIUNFO. Direção: Randa Haines. Produção de Murray Ord, Howard Burkons, Jordy Randall. Estados Unidos: TNT, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9CEF0hYuVaA> Acesso em: 25 jun. 2023.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónké Oyèwùmí; tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324p.

PLATAFORMA PCTV. **Interseccionalidade LGBT+ "Na diversidade, construir Quilombos!"** com Fah Moraes. [2021]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=T_dQOT8kVBM&t=467s. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

PORFÍRIO, F. Racismo. **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/racismo.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

SANTOS, R. E.; CORRÊA, G. S.; SANTOS, R. C. Oficinas “racismo e educação”: experiências de atuação de uma pesquisa-ação na aplicação da lei 10.639/031. **e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ)**, v.7, n.16, 2018, p. 125-140. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/viewFile/29424/28176>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ⁱ **André Pereira da Costa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0303-8656>

Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela UFOB. Licenciado em Ciências - Matemática pela UFCG, Licenciado em Pedagogia pela UNINASSAU; Tecnólogo em Automação Industrial pelo IFPB. Mestre e Doutor em Educação Matemática e Tecnológica pela UFPE. Professor do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Contribuição de autoria: escrita e revisão do conteúdo do manuscrito

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4135203562905056>

E-mail: andre.pcosta@outlook.com

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Benedito Dielcio Moreira e Kássia Mota de Sousa

28

Como citar este artigo (ABNT):

COSTA, André Pereira da. Intervenção pedagógica antirracista à Educação Escolar Quilombola: uma proposta teórica para o ensino de Geometria. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v.6, e11013 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/11013>

Recebido em 10 de julho de 2023.

Aceito em 08 de março de 2024.

Publicado em 01 de abril de 2024.